

Constituinte quer compensar perda com IR

Como os militares, eles perderiam o privilégio da isenção preservando o salário

ULIO ALCANTARA



Ulysses semeou um pau-ferro e Iris um pau-brasil. A solenidade compareceram 70 constituintes

Ulysses e Iris plantam Bosque da Constituinte

Cerca de 70 constituintes compareceram ontem à solenidade de instalação do Bosque da Constituinte, localizado na Praça dos Três Poderes, em Brasília. Ulysses Guimarães fez um discurso emocionado, dizendo que o bosque era "uma lindíssima idéia, uma homenagem singular que vai ficar perpetuada. Que isto sirva de exemplo e que as árvores que foram derubadas inutilmente possam ser repostas no futuro. Hoje recebemos esta homenagem. Amanhã vamos plantar a árvore da Constituição. Vamos regá-la sempre".

O Bosque da Primavera é uma homenagem do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) à primeira Consti-

tuição brasileira a ter um capitulo dedicado ao meio ambiente. A praça comemorativa inaugurada durante a solenidade traz gravada o caput do artigo 225 da Constituição, sobre o meio ambiente. O ministro da Agricultura, Iris Rezende, comandou pessoalmente a solenidade e recebeu de Ulysses o título de homem sucesso.

Encerrado o discurso de Ulysses, Iris Rezende, emocionado, foi agradecer a série de elogios a ele prestados. Ulysses respondeu: "Não me agradeça, o que falei veio do meu coração".

Alguns constituintes não puderam comparecer ao evento, mas se encarregaram de enviar seus representantes. E o caso, por

exemplo, do deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN) que mandou a esposa, Mônica, e os filhos Andressa e Eduardo para plantarem sua árvore. Mônica Alves trajava um conjunto de linho amarelo e plantou um ipê amarelo. Quando indagada se havia vestido amarelo em homenagem ao ipê, respondeu: "Foi muita sorte. Quando eu digo ao Henrique que eu sou sua estrela, ele não acredita. Eis aqui uma prova".

Ulysses Guimarães foi o primeiro constituinte a plantar sua árvore: um pau-ferro. Ao seu lado, foi plantada pelo ministro Iris Rezende uma muda de pau-brasil. Ulysses distribuiu vários autógrafos e posou para fotos ao lado de populares.

Agricultura fica soberana

A agricultura brasileira conquistou a sua independência com a promulgação da nova Constituição brasileira. A afirmação é do ministro da Agricultura, Iris Rezende, quando comentou sobre

as perspectivas da agropecuária após a nova Carta. De acordo com ele, a agricultura fica independente porque não vai depender das decisões do Conselho Monetário Nacional.

Carta eletrônica facilita a consulta

Juntamente com a promulgação da nova Constituição, começa a ser comercializada hoje a Constituição Eletrônica, que é a própria Constituição com todos os seus artigos, sob a forma de base de dados para microcomputador. O produto foi desenvolvido em conjunto pela CTIS — Informática e Sistemas Ltda e pela Pantheon Informática e estará sendo demonstrado ao público até o dia 20, no Aeroporto Internacional de Brasília.

A Constituição Eletrônica foi criada com a finalidade de facilitar o trabalho de pesquisa, substituindo com grande vantagem o esforço necessário para, a partir de uma necessidade, catalogar por assunto ou palavra-chave os artigos da Constituição.

Ao contrário do texto produzido pela Assembleia Nacional Constituinte, que foi elaborado por 559 parlamentares ao longo de quase 2 anos de trabalho, o projeto da Constituição Eletrônica foi desenvolvido por uma equipe de 12 pessoas — envolvendo analistas, programadores e digitadores — num período de 30 dias. É composto de um disquete de Recuperação de Informações, três disquetes com uma base de dados de 760 Kb e guia do usuário com informações

práticas de como instalar e utilizá-la.

A Constituição Eletrônica está sendo lançada no mercado ao preço de 20 OTN e a previsão de vendas é de 20 mil cópias em apenas 6 meses. Destina-se prioritariamente aos gabinetes de políticos, departamentos jurídicos, órgãos governamentais, associações de classe, universidades e bibliotecas, podendo ser adquirida por reembolso postal.

Para a utilização da Constituição Eletrônica é necessário apenas um microcomputador de 16 bits, padrão IBM-PC, com um mínimo de 512 Kb de memória RAM; e um drive de disquete.

VALDIR MESSIAS



Valdir: como dominar as novas leis

Segundo Avaldir da Silva Oliveira, diretor da CTIS, a grande vantagem da Constituição Eletrônica é a simplificação e redução do esforço de pesquisa, permitindo ao usuário levantar instantaneamente artigos de seu interesse a partir do simples comando de um assunto ou palavra-chave:

"Por exemplo, se for informado ao computador as palavras direitos dos índios, o software Constituição Eletrônica responderá imediatamente quais os artigos que se relacionam com este assunto. Esta pesquisa poderá, ainda, ser refinada mediante o acréscimo de outra informação: direito dos índios

em terras ocupadas. Da mesma forma será indicado os artigos que se relacionam com este assunto e assim sucessivamente até a ecidade máxima de 98 palavras por comando".

O acesso aos artigos selecionados pode ser feito através do vídeo do microcomputador ou listado na impressora. Em ambos os casos as palavras informadas para a pesquisa são destacadas em negrito.

PROJETO

A Constituição Eletrônica foi desenvolvida a partir da utilização do soft Sistema de Recuperação de Informações (SRI), que vem sendo comercializado há cerca de dois meses com mais de 100 cópias vendidas.

O SRI é utilizado ainda em bases para arquivos fotográficos, cadastro de clientes, prontuário médico, controle de biblioteca, etc. Foram necessários US\$ 250 mil para o seu desenvolvimento e a expectativa de seus criadores é que sejam vendidas 30 mil cópias nestes dois anos.

O soft SRI custa atualmente 178,5 OTN. Sua aquisição permite ao usuário o armazenamento e disponibilidade instantânea de dados para pesquisa.

Os deputados e senadores estão tentando encontrar uma saída para evitar a perda de 45 por cento sobre a remuneração que percebem, atualmente de 2 milhões de cruzados. De acordo com a Constituição que eles acabaram de votar e que será promulgada hoje, os parlamentares, assim como os magistrados e militares, passarão a pagar imposto de renda sobre o total da remuneração. Essa saída poderá ser um decreto legislativo. Para discutir o assunto, estiveram reunidos ontem à noite, os líderes dos partidos e os membros das Mesas do Senado e da Câmara.

Na reunião se discutiu a possibilidade de ser baixado um decreto legislativo mudando a sistemática da composição da remuneração dos parlamentares. Isso poderia ser feito adotando-se por exemplo o pagamento através de dois contracheques. Em um deles receberiam o vencimento e em outro as gratificações e ajudas de custo. Dessa forma, não teriam que pagar imposto sobre o total e a perda seria menor.

De acordo com um constituinte que estava presente, houve divergência em torno do assunto e não se chegou a uma decisão. Apenas, a de se convocar uma sessão do Congresso para amanhã, onde se tentaria votar alguns

decretos-leis e resolver a questão do imposto de renda. Para baixar um decreto legislativo ele precisa ser aprovado por 280 parlamentares e obter esse quorum é difícil. Por isso, se pensa também num ato da Mesa, que não precisa ser votado.

De qualquer forma, é uma questão delicada, como colocou um constituinte. Foram os deputados e senadores que aprovaram o dispositivo da Constituição determinando que a partir de agora eles passarão a pagar imposto de renda sobre o total da remuneração e não apenas sobre a parte fixa, como acontece atualmente, e que não representa praticamente nada. Mas, segundo este constituinte, não é justo que eles paguem imposto sobre o que recebem, por exemplo, para custear as despesas com viagens às suas bases eleitorais.

O decreto assinado pelo presidente Sarney no último dia 1º, aumentando os vencimentos dos militares para compensar a tributação imposta pela Constituição, deixou os deputados ainda mais irritados. O que eles querem é não perder tanto dinheiro e para isso há alguns dias estão buscando uma solução. O mais complicado, na opinião de um parlamentar, é explicar isso para a população, pois foram eles mesmos que promoveram as mu-

danças com a nova Constituição.

ROMBO ASSUSTOU

Antes, enquanto os servidores civis pagavam imposto de renda sobre o total do contracheque, os parlamentares, os militares e os magistrados, eram praticamente isentos porque, de acordo com a legislação, o imposto só incidia sobre a parte fixa (vencimento), que era muitas vezes menor que a variável. Com a Constituição, todos os servidores civis e militares passaram a pagar imposto sobre o total da remuneração, mas só agora os constituintes perceberam, como disse um deles, "o rombo" que a medida representará aos seus bolsos.

Na reunião ontem à noite, no gabinete do senador Humberto Lucena, estavam presentes os líderes de quase todos os partidos, mas o presidente da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, não compareceu. Todos os líderes saíram da reunião, às 20h30, dizendo que a questão do imposto de renda sobre os subsídios não havia sido discutida. Informavam apenas que a reunião foi convocada para se tentar organizar uma pauta de votações de um novo esforço concentrado, aproveitando-se a presença dos constituintes em Brasília para a solenidade de promulgação.

ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA SUDECO

SAUDA A CHEGADA DA NOVA CONSTITUIÇÃO